

Periódico: Amazonas Atual		Data: 01/03/2019	
		Publicação: 28/02/2019	
Referência da Matéria: Terceirizados da Ufam protestam para receber salários atrasados		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://amazonasatual.com.br/terceirizados-da-ufam-protestam-para-receber-salarios-atrasados/	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

Terceirizados da Ufam protestam para receber salários atrasados



Trabalhadores terceirizados estão há dois meses sem receber (Foto: Patrick Motta ATUAL)

Da Redação

MANAUS – Trabalhadores de empresa que presta serviços de limpeza para a Ufam (Universidade Federal do Amazonas) promoveram protesto na manhã desta quinta-feira, 28, contra o atraso no pagamento de salários. Eles afirmam que estão há dois meses sem receber.

O presidente do Sintesam (Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas), Francisco Viana, disse que a falta de pagamentos atinge aproximadamente 280 trabalhadores e que procurou o setor de pagamentos da universidade, mas não foi atendido.

“O chefe de gabinete nos levou até o setor de pagamento, mas não foi possível conversar porque os departamentos estavam reunidos e o chefe desse pagamento, responsável pelos pagamentos, também estava nessa reunião. Hoje está terminando o segundo mês e eles estão todos em uma aflição muito grande. Porque são pessoas de baixa renda que a maioria deles paga aluguel e os donos dos locais estão cobrando”, afirmou Francisco Viana.

O gerente administrativo da empresa ADAP, Jorge Barroso, disse que o atraso é de apenas um mês, referente a janeiro deste ano, e que “é normal” a empresa atrasar pagamentos de salários. “Quem trabalha com licitações é perfeitamente normal (o atraso) devido à mudança de governo, a virada de ano. Estamos somente com o salário de janeiro atrasado”, afirmou.

A assessoria da Ufam considerou que não houve um protesto dos trabalhadores, mas garantiu que o pagamento deve ser depositado na conta dos funcionários até esta sexta-feira. Confira a nota na íntegra.

Não houve protesto, mas uma tentativa de três representantes dos trabalhadores da empresa mencionada de falar com o reitor, na manhã desta quinta-feira. Como o professor Sylvio Puga estava em cumprimento de agenda externa, obviamente, não teve como recebê-los. Eles foram atendidos pela chefia de gabinete, para quem deixaram os números de telefone para agendamento, possivelmente, ainda hoje. No mais, o que de mais importante foi feito. O pagamento está liberado e deverá constar na conta da empresa até amanhã. Informamos que dependíamos da liberação de recursos por parte do governo federal para sanar a pendência.

Periódico: D24 AM		Data: 01/03/2019	
		Publicação: 28/02/2019	
Referência da Matéria: Terceirizados da Ufam estão com salários atrasados, diz Adua		<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto
			Sem foto
Caderno/Página/Coluna http://d24am.com/amazonas/terceirizados-da-ufam-estao-com-salarios-atrasados-diz-adua/	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input checked="" type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outros
			Nota
			Classificados

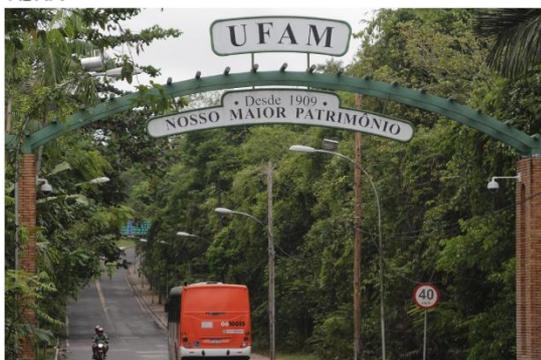
Terceirizados da Ufam estão com salários atrasados, diz Adua

De acordo com a Seção Sindical dos Docentes da Ufam, funcionários das unidades da capital e do interior do Estado estão sem receber a dois meses

Manaus - Funcionários terceirizados da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) tanto da capital quanto do interior do Estado estão com salários e férias atrasados. Nesta quinta-feira (28), prestadores de serviços se manifestaram no setor Sul do campus da capital (antigo minicampos) para reivindicar a regularização dos pagamentos. A denúncia é feita pela Seção Sindical dos Docentes da Ufam (Adua-SSind). Questionada sobre a falta de pagamento, a universidade não se posicionou até o fechamento desta reportagem.

Os prestadores de serviço da ADAP Soluções em Limpeza e Terceirização, que paralisaram as atividades nesta quinta, relataram que estão enfrentando problemas como aviso de despejo, atraso de pagamento de pensão alimentícia, falta de gás de cozinha e até dificuldade para se alimentar.

"No dia 5 de março vamos completar dois meses sem salário, quem entrou de férias ou 'pegou a conta' também não recebeu, tem gente que está de férias e veio aqui para comer", contou a serviços gerais, Maria Ângela de Oliveira. Segundo ela, por volta do dia 20, uma funcionária da empresa identificada apenas como Márcia se reuniu com os trabalhadores e alegou que a universidade não havia repassado o dinheiro para a ADAP.



Universidade Federal do Amazonas (Ufam) (Foto: Divulgação)

"Mas o que a Ufam diz é que independente do repasse a empresa tem que pagar a gente, porque as outras empresas que têm aqui pagaram seus funcionários, só nós que não recebemos", contou. Ângela que é funcionária da empresa há quase nove anos disse que essa é a primeira vez que ocorre um atraso tão longo no pagamento.

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Unidades fora da sede

No Instituto de Natureza e Cultura (INC), em Benjamin Constant, trabalhadores terceirizados estão com os salários atrasados há um mês e aqueles que entraram de férias não receberam o seu direito, segundo um professor do INC. “Os meses anteriores foram pagos, o mês atual ainda não, e os (trabalhadores) que saíram de férias ainda não receberam”, contou. O docente informou que estão sem receber funcionários das áreas de serviços gerais, portaria e motoristas. A ADAP também é a empresa responsável.

A mesma empresa também está com salários atrasados dos terceirizados do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET), em Itacoatiara. “Quem está atrasado há quase dois meses é o pessoal da ADAP, que é da limpeza, os agentes de portaria estão em dia”, informou um professor do instituto.

No Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ), em Parintins, também há relatos de atraso de pagamento dos terceirizados da área de limpeza desde dezembro de 2018. Um docente do ICSEZ relatou, ainda, que os trabalhadores de copa e portaria receberam há poucos dias o salário de janeiro.

Segundo uma docente do Instituto de Agricultura e Ambiente (IEAA), em Humaitá, os funcionários das empresas JF Tecnologia e CSS Guimarães, responsáveis, respectivamente, por conservação e limpeza, e pelo Restaurante Universitário (RU) estavam com pagamentos suspensos. “A diretoria procurou as empresas e tudo foi regularizado. Eles ficaram com os salários atrasados por três meses”, informou.

Periódico: Em Tempo		Data: 01/03/2019	
		Publicação: 28/02/2019	
Referência da Matéria: Comércio, indústria e agropecuária, um tripé que ainda tem muito a dar ao Brasil		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna Suframa 52 anos, 12 e 13	Enfoque	Natureza	
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	Tipo: <input checked="" type="checkbox"/> Matéria <input type="checkbox"/> Artigo <input type="checkbox"/> Outros
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Nota <input type="checkbox"/> Classificados

Comércio, indústria e agropecuária, um tripé que ainda tem muito a dar ao Brasil

Formada pelos três setores, a ZFM chega aos 52 anos com altos e baixos na indústria e no comércio e com grandes desafios no agropecuário, que se diz muito promissor

 Lucas Vitor Sena

O artigo 1º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, diz que "a Zona Franca de Manaus (ZFM) é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância em que se encontram os centros consumidores de seus produtos".

É por conta desse decreto que hoje a capital do Amazonas é reconhecida como o 8º maior Produto Interno Bruto

mostrou a que veio.

Dados dos indicadores industriais da Suframa, atualizados em novembro de 2018, apontam um número de 435 empresas operando no PIM. Juntas, eles renderam a Suframa um lucro para o Brasil no valor de R\$ 31 bilhões, além de 769 mil empregos em todo o Brasil, diretos e indiretos, segundo dados de 2017.

Regulamentada, oficialmente, em 1967, a criação da ZFM se deu por meio da lei número 3.173, de 6 de junho de 1957. A proposta original, que previa a criação do Porto Franco de Manaus, foi do então deputado federal Francisco Pereira da Silva, que também encabeçou os trabalhos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que deu origem à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O projeto original de Pereira da Silva teve ainda a colaboração do engenheiro Maurício Joppert, então deputado federal pelo Rio de Janeiro e relator do projeto. Joppert justificou que deveria ser criado não um Porto Franco, mas sim uma Zona Franca, que atenderia, de

pedra fundamental lançada no dia 30 de setembro de 1968, junto com a aprovação do primeiro projeto industrial a ser instalado no parque fabril, o da Beta S/A, empresa de relógios e joias, que funcionou até meados da década de 1990.

Indústria

O principal motor da ZFM é justamente o PIM. A primeira indústria a se estabelecer no Distrito Industrial, localizado na confluência entre as zonas Leste e Sul da capital amazonense, foi a Companhia Industrial Amazonense (CIA), que produzia estanho; e a Springer, que produz aparelhos de ar-condicionado.

Com o passar dos anos, no entanto, outras empresas se estabeleceram no PIM. Foi o caso, por exemplo, da Drohauser, que fabricava vidros e não está mais no PIM; a Orient, fabricante de joias e relógios. Hoje, os subsetores do parque fabril de Manaus que mais se destacam são o de eletroeletrônico e o de duas rodas, tendo a Samsung e Moto Honda, respectivamente, como as suas principais representantes.

Dentre os altos e baixos da in-

Clipping

ascom

Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



(PIB) brasileiro. A lei também buscou garantir o desenvolvimento dos estados da Amazônia Oriental: Acre, Roraima, Rondônia e o Amapá estão contemplados sob a abrangência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Nos 52 anos completados nesta quinta-feira (28), a ZFM, que tem como tripé econômico os setores da indústria, comércio e agropecuário, segue sustentada nas últimas décadas pelo Polo Industrial de Manaus (PIM), em detrimento do comércio, que já foi o principal motor desse modelo; e da agroindústria, que até hoje não

fato, aos objetivos econômicos. O adendo, intitulado Emenda Joppert, foi aceito por Pereira da Silva, e o projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, foi para o Senado, tendo justamente o senador amazonense Leopoldo Cunha Melo como relator. Aprovado no Senado, foi sancionado pelo presidente Juscelino Kubitschek, em 1957.

No entanto, a ZFM só começou a funcionar mesmo a partir de sua regulamentação, pelo decreto-lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, assinado pelo presidente general Henrique Castello Branco. O Distrito Industrial, inclusive, teve sua

dústria amazonense, que é hoje a principal fonte da receita do Amazonas, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, afirma que o melhor período do setor foi o ano de 2011, quando o PIM registrou faturamento de US\$ 41 bilhões. Em 2012 começou a cair para R\$ 38, bilhões e depois da Copa do mundo de 2014, a Zona Franca, segundo ele, foi drasticamente abalada pela recessão dos anos de 2015 e 2016.

"Tínhamos na indústria cerca de 130 mil empregos diretos. Com a recessão que tivemos em 2015 e 2016, hoje temos a

O Distrito Agropecuário da ZFM, situado entre Manaus e Rio Preto da Eva segue como promessa



Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



média 87 mil. Isso gerou um reflexo negativo, e somente agora estamos recuperando alguma coisa. No segundo semestre de 2018 a coisa foi se estabilizando e teve uma pequena recuperação. Nós fechamos 2019 com um faturamento de US\$ 24 a 25 bilhões, e uma produção de 5% maior que o ano anterior", afirma Azevedo.

O dirigente, entretanto, aponta que algo que alavancaria a indústria estabelecida na ZFM, e que já é prometido por governos sucessivos há muito tempo, é a BR-319. Segundo ele, mesmo que o transporte rodoviário seja mais caro que o rodoviário, ainda assim, os custos da indústria com transportes e outros fatores serão menos custosos.

"Você reduz o lead time e o transit time. O que se faz em 30 dias por via marítima ou em 20

dias pela via rodoviária, isto é, indo de estrada até Belém, e de lá, vindo pelos rios, você consegue fazer em uma semana por via rodoviária. A interligação rodoviária faz com que a matéria-prima chegue bem mais rápido, com um preço mais reduzido. Se a mercadoria vem, ela não pode voltar 'batendo lata'. É claro que os caminhões vão voltar para o Sul e Sudeste levando mercadorias, aumentando ainda mais o consumo naquelas regiões", completa.

Comércio

Quando o modelo ZFM começou a funcionar, a sua principal finalidade era substituir as importações das chamadas "tecnologias de ponta". Assim, o Brasil passou a produzir e comprar em Manaus produtos como televisores, telefones, produtos digitais e uma gama

de eletroeletrônicos. Não à toa, a ZFM experimentou um boom nos anos 80 e 90, com um "turismo comercial" exponencial.

Segundo o presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), José Roberto Tadros, o estabelecimento da ZFM contribuiu bastante para reduzir um déficit crescente na balança comercial brasileira. Gerou empregos e estimulou uma região que vinha a beira da miséria com as crises da borracha, que foi pirateada e a produção migrou para a Malásia, e a juta, que foi levada para o Paquistão e a Índia.

"Se não houvesse Zona Franca, teríamos um brutal vazio demográfico aqui no Amazonas. Antes da Suframa, o que mais se via eram famílias migrarem para fora do Amazonas por falta de oportunidade econômica e de estudos. Não havia

a Universidade do Amazonas, e o que se tinha era apenas a Faculdade de Direito do Amazonas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Amazonas", relata.

O atual presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Fecomércio-AM), Aderson Frota, salienta, no entanto, que o comércio ainda não tem os mesmos estímulos que o setor industrial, e mantém somente as isenções normais do instituto Zona Franca. Ele compara os dois setores, dizendo que o comércio emprega muito mais do que a indústria, hoje.

"O Distrito Industrial tem hoje por volta de 80 mil postos de trabalho. Só o comércio emprega mais de 300 mil pessoas. Há uma participação social significativa nisso. O comércio tem parte importante na história da Zona Franca, porque foi quem primeiro floresceu, e permaneceu no auge de 1967 a 1990", explica.

Frota salienta que o comércio em Manaus enfraqueceu em 1990, com a abertura comercial feita governo de Fernando Collor de Mello. "Isso permitiu que outros locais importassem mercadorias. Aí você teve, por exemplo, a rua 25 de Março, em São Paulo, a Feira do Paraguai, em Brasília, as Feirinhas no Rio de Janeiro, e por aí vai.

opinião que o dirigente da CNC é o economista Dr. José Alberto Machado, professor aposentado da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas (FES/Ufam). Ele explica que a abertura econômica feita por Collor fez com que a integração do mercado nacional ficasse mais ampla.

"Possibilitou a importação de produtos em qualquer região do País. Assim, produtos do mundo inteiro podem ser comprados em qualquer shopping center de qualquer região do País, por preços, muitas vezes, menores do que os de Manaus", explica o docente, que é doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e já coordenou a área de Estudos Econômicos e Empresariais da Suframa.

Agroindústria

O terceiro pilar no qual está sustentada a Zona Franca é a agroindústria, também chamada de Distrito Agropecuário da Suframa (DA). Mesmo que, a olhos de leigos, não receba tanto destaque, o Distrito Agropecuário tem focado suas atividades na fruticultura e na piscicultura, com vários empreendimentos agropecuários bem-sucedidos.

"Hoje, boa parte da produção de peixes está concentrada em viveiros existentes em áreas do DA, que são terras do municí-

gargalos como a falta de regularização fundiária da maior parte dos imóveis rurais situados no seu território e a falta de assistência técnica aos seus produtores rurais. No entanto, ele se diz confiante na nova gestão da Suframa, que anunciou publicamente a retomada do desenvolvimento do polo agropecuário.

"Penso que a interação que existe hoje entre os três setores pode ser muito maior do que é hoje. Um segmento que queremos apoiar no DA é o plantio da seringueira. A Embrapa já desenvolveu a seringueira tricomposta, que é resistente ao mal das folhas. Ela pode ser cultivada hoje no Distrito Agropecuário para atender as fábricas de pneus e motocicletas existentes hoje no PIM", afirma.

Um exemplo de agroindústria que tem dado certo é a produção de guaraná da Coca-Cola Brasil no Amazonas. Presente no Estado há 28 anos, a Coca-Cola produz mais de 150 fórmulas de bebidas só no polo de concentrados. Em 2016, a marca implantou o projeto Olhos da Floresta, que hoje garante que 100% do guaraná usado nas bebidas da Coca-Cola seja do Amazonas.

"Em 2018, por exemplo, 84 toneladas de guaraná adquiridos pela Coca-Cola foram oriundas da produção familiar.

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



miséria com as crises da borra-cha, que foi pirateada e a produção migrou para a Malásia, e a juta, que foi levada para o Paquistão e a Índia.

"Se não houvesse Zona Franca, teríamos um brutal vazio demográfico aqui no Amazonas. Antes da Suframa, o que mais se via eram famílias migrarem para fora do Amazonas por falta de oportunidade econômica e de estudos. Não havia

Manaus perdeu o seu volume de negócios com a abertura comercial", explica.

Se dá para voltar àquele patamar? "É que nem voltar da época do carro com motor para a carruagem movida a cavalos. É preciso olhar para a frente, senão vai ser igual ao que aconteceu com a mulher de Ló: virou estátua de sal", diz José Roberto Tadros.

Quem compartilha da mesma

plio de Rio Preto da Eva e de Manaus. Esses empreendimentos permitem dizer o potencial que o DA tem de, com mais apoio político, se transformar num polo de produção de alimentos para o mercado consumidor de Manaus", explica o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Amazonas (Faea), Muni Lourenço.

Distrito Agropecuário, segundo Lourenço, enfrenta alguns

Essa rastreabilidade é fruto de um trabalho de capacitação da agricultura familiar e incentivo à cadeia produtiva que fortalece o trabalho de pequenos produtores de 12 municípios do Amazonas. E ao longo de todos esses anos, trabalhamos mais ainda para fomentar a cadeia de guaraná do Amazonas", explica João Carlos Santos, especialista em agricultura para o Amazonas da Coca-Cola Brasil.



Antes do Polo Industrial de Manaus, a Zona Franca era reconhecida mundialmente pela área de livre comércio, muito forte nos anos 1980, mas que declinou a partir do governo Collor



A indústria que atingiu um faturamento anual recorde de US\$ 41 bilhões, em 2011, sofreu com a recessão de 2015/2016, mas segue em recuperação

Periódico: Em Tempo		Data: 01/03/2019	
		Publicação: 28/02/2019	
Referência da Matéria: Atraso em PPBs é grande vilão de empresas do PIM		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna Suframa 52 anos, 8	Enfoque	Natureza	Tipo:
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
		<input type="checkbox"/> Nota	<input type="checkbox"/> Classificados

Segundo especialistas, investidores não conseguem produzir na Zona Franca de Manaus por conta da burocracia na liberação do Processo Produtivo Básico, que hoje acontece em Brasília

Lucas Vitor Sena

Para que uma indústria possa desempenhar suas atividades efetivas na área da Zona Franca de Manaus (ZFM), ela precisa atender a uma série de requisitos previstos na Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991. Uma delas, por exemplo, é o Processo Produtivo Básico (PPB), que, segundo a lei, é o "conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto". No entanto, a demora para a fixação desses processos é um grave problema pelo qual a ZFM tem passado, o que acaba travando o crescimento e desenvolvimento econômico da região.

De acordo com a Portaria Interministerial 170, de 4 de agosto de 2010, dos então ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e Ciência e Tecnologia (MCT), o prazo para fixação de um PPB não pode ser superior a 120 dias, "contados a partir do iní-



Prazo para que PPBs de empresas do PIM sejam aprovados deve ser de até 120 dias, a contar do início da etapa de elaboração do anteprojeto após análise de habilitação do processo

Atraso em PPBs é grande

vilão de empresas do PIM

cio da etapa de elaboração do anteprojeto, após análise de habilitação do processo". Tal prazo, por sua vez, não tem sido respeitado, e algumas vezes, PPBs demoram mais de um ano para serem aprovados e fixados por Brasília. A motivação, mais do que técnica, acaba por ser política, na visão do presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, Wilson Périco. "Já fazem muitos anos que isso se arrasta em Brasília, e por conta desse atraso dos PPBs, a indústria amazonense passa por dificuldades. Essas dificuldades têm aumentado, principalmente, nos últimos anos, e o que mais nos incomoda é que não é uma discussão técnica e sim política", afirma.

Não à toa, durante coletiva de imprensa cedida recentemente, o atual titular da Suframa, coronel Alfredo Menezes, disse que uma das coisas que pediu ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) foi trazer a deliberação sobre os PPBs de volta para a Suframa. "O PPB está normatizado e previsto na lei, e se atrasa mais de 6 meses, quando, enfim, é aprovado, já está ultrapassado. É por isso que eu pedi um estudo para agilizar esse processo e trazer as deliberações de volta para a Suframa, e não em Brasília", afirmou.

Como funciona

A Portaria Interministerial do MDIC e do MCT, que estabelece as regras para o PPB, traz uma série de requisitos e prazos que empresas e indústrias devem seguir para se fixar no Polo Industrial de Manaus (PIM). Quem analisa as solicitações de PPBs é o Grupo Técnico Interministerial de Análise de Processos Produtivos Básicos (GT-PPB), composto por representantes tanto do MDIC, vinculado ao Ministério da Economia desde 1º de janeiro de 2019, e do MCT, hoje Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

O professor Dr. Mauro Thury, do curso de Economia da Fa-



PPBs de luminárias de LED é um dos que se arrasta com o tempo e continua parado na gaveta do Grupo Técnico Interministerial de Análise de Processos Produtivos Básicos

culdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas (FES/UFAM), argumenta que a burocracia dos PPBs começou ainda no governo Fernando Collor, com a abertura comercial realizada pelo então presidente. "Antes do governo Collor, eram outras exigências, mas de lá até aqui, o critério veio mudando. O delineamento dos PPBs ficou mais burocrático e demorado. Existem produtos novos e empresas querendo se instalar no PIM, mas os seus PPBs demoraram mais de um ou 2 anos para serem estipulados, conclusão, isso acaba afugentando possíveis investimentos. Essa burocracia de Brasília é suprapartidária, mais do que de uma linha de esquerda ou direita", afirma o docente de 47

anos, que é doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas.

Dificuldades

Wilson Périco lembra que o PPB é algo essencial para que as empresas possam operar no PIM. Ele diz ainda que o PPB das luminárias de LED, por exemplo, é um dos que ainda continua parado na gaveta do GT-PPB, sem perspectiva de aprovação. "Uma vez que Brasília não publica ou legaliza o PPB, a indústria não pode produzir com incentivos. Existem solicitações de fixa-



Essas dificuldades têm aumentado, principalmente, nos últimos anos, e o que mais nos incomoda é que não é uma discussão técnica, mas, simplesmente, política. O PPB está normatizado e previsto em lei

Wilson Périco
Presidente do Cleam



cando sem a opção de vir pra cá, mesmo com os atrativos dos incentivos fiscais", aponta.

Possíveis soluções

Uma forma de resolver a questão do atraso dos PPBs, na visão de Thury, seria fazer uma compensação às novas indústrias que querem se estabelecer no PIM. Segundo ele, o ideal é que a liberação dos PPBs pendentes aconteça o mais breve possível, mas que isso não será da noite para o dia. "É difícil categorizar, porque existem diversos tipos de produtos, como os de montagem, processos químicos, e por aí vai. Acredito que o problema principal é ter um critério diferenciado para novos produtos, e minha sugestão seria que o Governo do Estado pudesse oferecer um crédito-estímulo, com abatimento no ICMS [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços], enquanto o PPB não fosse liberado. Assim, você teria um incentivo estadual num patamar maior", salienta.

Já Wilson Périco diz que não vê problema na atual legislação, desde que o prazo estipulado na portaria, que estabeleceu a análise dos processos pelo GT-PPB, em Brasília, seja respeitado. "A Constituição Federal garante a produção de qualquer produto com incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus, menos armas e munição, automóveis de passeio e derivados de álcool e tabaco, de acordo com a lei. O PPB pode, sim, ser uma ferramenta de balizamento e regulação, e eu não vejo problema com ele. No entanto, hoje, ele está servindo como uma ferramenta de cerceamento de direitos de investidores, que não conseguem produzir na Zona Franca de Manaus por conta da burocracia", completa.

ções de PPBs que estão paradas há anos em Brasília, e que simplesmente não saem. Por falta do PPB, o investidor que tem interesses de produzir em Manaus não produz", salienta. Já Mauro Thury lembra que outro PPB ainda não aprovado é o de drones, devido a uma nova exigência do Governo Federal de colocar conteúdo local dentro dos processos produtivos básicos. "Você obriga a indústria a comprar insumos no Brasil, e isso cria dificuldades. É por isso que muitos produtos, como os drones, acabaram fi-

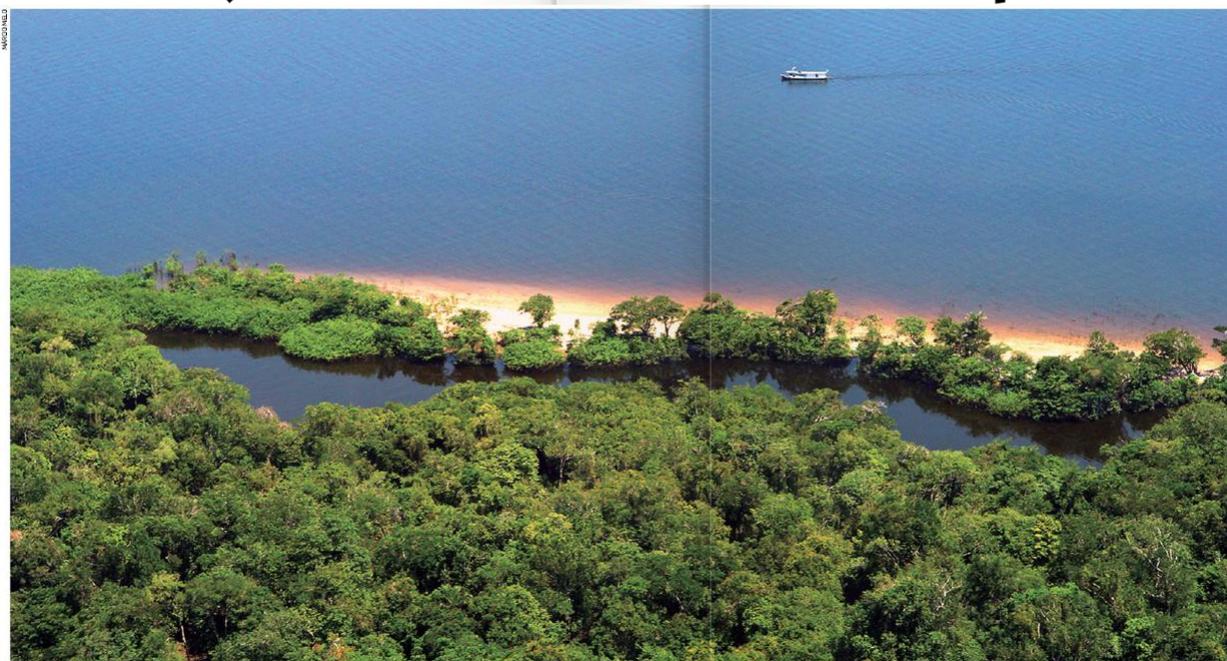
Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Periódico: Em Tempo		Data: 01/03/2019		
		Publicação: 28/02/2019		
Referência da Matéria: Atraso em PPBs é grande vilão de empresas do PIM		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto	
Caderno/Página/Coluna Suframa 52 anos, 4 e 5	Enfoque	Natureza	Tipo:	
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria	<input type="checkbox"/> Nota
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo	<input type="checkbox"/> Classificados
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro	

A ZFM ajuda a manter a floresta em pé no AM



Entre os Estados brasileiros que compõem a região do bioma Amazônia, o Amazonas é o que mantém o maior volume de floresta preservada (97%), apesar da pressão do arco do desmatamento que busca se infiltrar pelo sul do Estado

Quando a Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada pelo Decreto-Lei número 3.173, de 6 de junho de 1957, e aprimorada dez anos depois, com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário para impulsionar o desenvolvimento, não estava prevista de uma maneira direta a preservação do meio ambiente.

Porém, de acordo com a economista Bianca Mourão, que atua há 20 anos na área, a ZFM contribuiu para preservar a Floresta Amazônica, no território amazonense, se levarmos em consideração o nível de desmatamento do mesmo bioma nos Estados vizinhos. Segundo ela, a atividade desenvolvida pelo atual modelo gera emprego e renda, além de fazer riqueza circular na região.

"Basta se fazer a seguinte pergunta: qual atividade estaríamos fazendo, se não houvesse o modelo ZFM? Comércio? Não comporta tanta mão de obra. Turismo também não, somado ao fato de que não temos infraestrutura nenhuma para desenvolver essa atividade. Sem o modelo, a nossa população seria obrigada a se voltar para a floresta para sobreviver, primeiro atrás da madeira, depois, da riqueza do subsolo", explica.

De acordo com ela, se compararmos o estado do Amazonas ao do Pará, por exemplo, veremos essa diferença de preservação da Floresta Amazônica. "Os nossos irmãos paraenses, que não possuem o modelo ZFM, padecem pela distância dos mercados consumidores. Quais são as principais atividades desenvolvidas lá? Madeireiras e mineradoras, consumindo tudo e deixando pouquíssima riqueza por lá", observa.

Rigor nas leis

Segundo a gerente, o benefício da floresta amazônica extrapola a região de influência do Polo Industrial, estendendo-se a todo o mundo por conta de vários motivos, entre eles, a captura de carbono e a ciclagem hidrológica resultante da manutenção da cobertura verde. "Por essas razões entendemos relevante trabalhar a questão ambiental e garantir a manutenção da nossa floresta, utilizando seus recursos de maneira sustentável e que possibilitem a perpetuação do Efeito PIM", avalia.

Segundo ela, soma-se a isso o fato de que indústrias instaladas na capital do Amazonas, em grande parte, possuem sis-

Desmatamento

Para a gerente de meio ambiente, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) e coordenadora da Coordenadoria de Meio Ambiente,

Recursos Naturais e Responsabilidade Social da Federação, Renée Veiga, o desmatamento não acontece por uma causa única, porém, existe um consenso de que ele é resultado de um processo socioeconômico complexo.

A expansão das culturas temporárias e permanentes, pecuária extensiva, extração de madeira para usos diversos e

infraestrutura e comunidades em locais adjacentes colaboram para o desmatamento da floresta amazônica. Segundo ela, a geração de empregos nas indústrias inibe a expansão dessas atividades, além de motivar a preservação.

"Existem estudos elaborados por pesquisadores do Instituto Piatam que concluíram que o Polo Industrial de Manaus

(PIM) possui importante efeito inibidor do desmatamento, constituindo-se em externalidade positiva ao resto do País. O chamado 'Efeito PIM' é capaz de atenuar o desmatamento, no Amazonas, em intervalo variante entre 70% a 86% do que seria, caso ele não existisse. Ele também possui todos os requisitos para se tornar um parque industrial ecológico", sustenta Renée Veiga, da Fieam.

temas de gestão ambiental voluntária. "O que demanda atendimento tanto aos requisitos legais obrigatórios, como também às boas práticas regulamentadas e até mesmo em razão do mercado internacional rígido, necessitam cumprir não apenas as legislações brasileiras, mas também, a legislação internacional, que é extremamente rígida no que tange à

sustentabilidade e minimização de impactos ambientais dos produtos e processos produtivos", frisa a gerente de meio ambiente da Fieam.

Sauim-de-Coleira

O professor do departamento de biologia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e especialista no primata Sauim-de-Coleira (*Saguinus bicolor*)

conta que a espécie foi prejudicada devido a instalação da Zona Franca de Manaus e o crescimento da capital e dos municípios no interior do Amazonas, principalmente, Rio Preto da Eva e Itacoatiara.

"É uma infelicidade do sauim ter a distribuição geográfica bem onde se instalou a ZFM. Criou-se uma demanda por mais comida, mais áreas de

lazer e espaços. Como o Sauim tem uma distribuição geográfica restrita a essa área de alta influência da ZFM, eu diria que, proporcionalmente, a espécie é a mais prejudicada", diz.

Atualmente, a distribuição do primata fica entre 25 e 30 mil nas cidades de Manaus, Itacoatiara e Rio Preto da Eva, porém a quantidade vem diminuindo ao longo dos anos. "A principal ameaça é o desmatamento e consequentemente a fragmentação do ambiente. Eles irão atravessar de um fragmento para o outro para dispersar, se alimentar ou para reproduzir e acabam sendo atropelados ou levando choques em redes elétricas e até mesmo, atacados por cachorros", explica. Os incidentes ocorrem principalmente em ruas, avenidas e estradas próximas a fragmentos florestais.

Para proteger a espécie, a Prefeitura Municipal de Manaus, em junho do ano passado, inaugurou uma nova área de Proteção Ambiental (APA), denominada "APA Sauim-de-Manaus", que compreende a área em que o macaco de pequeno porte (calitriquídeo) vive, desde o leste da cidade, até o município de Itacoatiara e ainda a, aproximadamente, 40 quilômetros ao norte de Manaus.

Com a criação da APA Sauim-de-Manaus, a Prefeitura passou a contribuir para as medidas de gestão contidas no Plano de Ação Nacional de Conservação do Sauim-de-Coleira (PAN Sauim), coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica (Cepam), do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

O PAN Sauim é uma estratégia nacional para garantir que o sauim saia da vulnerabilidade de extinção, com medidas que garantam a proteção dos fragmentos florestais, recuperação de áreas degradadas e ações de educação ambiental, além de infraestrutura que permita conexões entre áreas vegetadas, a exemplo de passagens áreas de fauna.

Homem do interior

Para a economista Bianca Mourão, a ZFM continua sendo a melhor forma de manter a floresta em pé. Infelizmente, o Estado possui algumas dificuldades. Uma delas é a fiscalização por conta da dimensão continental do Amazonas, o maior Estado da federação e compreende 18,5% do território nacional. Mas, nem de longe é essa a maior complicação encontrada no cenário atual.

Segundo a economista, há uma discussão sobre o que o novo governo pretende fazer com a contribuição chamada Fundo de Turismo e Interiorização (FTI), destinada aos produtores no interior do Amazonas. Para a profissional, se o atual governo redirecionar o fundo para pagar outras dívidas, o produtor rural que fornece a matéria-prima vegetal para as empresas do PIM será prejudicado.

"Ele não terá para quem vender e a logística para enviar a outro lugar inviabiliza a atividade do produtor rural. Sem alternativa, ele irá para a floresta, por questão de sobrevivência. Ele precisa comer, vestir, morar e etc. É irresponsável se o fizerem", avalia.

Capacitação

Mas, enquanto esse impasse não é resolvido, a preservação da floresta ajuda o homem interiorano a manter sua qualidade de vida e ele também pode aprender capacidades laborais específicas para o desempenho de suas atividades. É o que garante Renée Veiga, que além de gerente de Meio Ambiente da Fieam é também coordenadora da coordenação de Meio Ambiente, Recursos Naturais e Responsabilidade Social da federação.

De acordo com a gerente, há 40 anos o Sistema Fieam, por meio do Senai, lançou o Barco Escola Sumaúma, cuja missão é levar educação profissional aos lugares mais longínquos da Amazônia para promover a capacitação da população do interior. Atualmente, são duas unidades, sendo que o Sumaúma 2 foi desenvolvido com as mais modernas tecnologias de sustentabilidade, para garantir os mínimos impactos ao meio ambiente.

"Além dos cursos de profissionalização, ele também transmite conceitos de sustentabilidade com o aproveitamento e tratamento e águas pluviais, reciclagem de resíduos sólidos gerados durante os cursos ministrados e na utilização de energia solar para aquecimento da água e também 20% da energia utilizada pela embarcação", explica.

A coordenadora reitera que, ao longo dessas quatro décadas, os dois barcos já promoveram a formação e certificação profissional de cerca de 60 mil alunos, aportando em 64 municípios do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Pará. "Tudo isso só é possível graças aos recursos advindos das indústrias aqui instaladas", diz.

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Indústrias instaladas no parque fabril de Manaus impediram que homens e mulheres amazonenses optassem pela exploração dos recursos da floresta, principalmente o madeireiro, como ocorre nos Estados vizinhos



Espécie que foi ameaçada com a implantação do Polo Industrial, o saim-de-coleira agora tem um corredor ecológico criado pela Prefeitura de Manaus, focado na preservação da espécie

Periódico: Em Tempo		Data: 01/03/2019	
		Publicação: 28/02/2019	
Referência da Matéria: A serenidade e a firmeza do novo superintendente da Suframa		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna	Enfoque	Natureza	Tipo:
https://d.emtempo.com.br/economia/139215/a-serenidade-e-a-firmeza-do-novo-superintendente-da-suframa	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			Nota
			Classificados

A serenidade e a firmeza do novo superintendente da Suframa

Alfredo Alexandre de Menezes Júnior terá a função de, segundo ele, "reerguer" a superintendência e devolver o papel que lhe foi conferido. Especialistas em Suframa apontam alguns desafios a mais que o novo gestor terá à frente do órgão



Coronel Alfredo Menezes neste mês de fevereiro | Foto: MARCIO MELO

Manaus - "Nasci na Cachoeirinha e fui criado na Alvorada. Meu pai e minha mãe tinham até a quarta série, então sei o que é o trabalho. E quero que outras pessoas também trilhem o meu caminho." Foi com essas palavras que o coronel da reserva do Exército Alfredo Alexandre de Menezes Júnior, de 55 anos, resumiu a sua trajetória de vida e que quer aplicar à frente de um dos mais cobiçados órgãos de indústria e comércio do Brasil: a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Quem acompanhou a primeira semana de trabalho do superintendente viu em todos os compromissos um sorriso amistoso, junto com uma fala firme, mas elegante. Quando foi sabatinado por jornalistas pela primeira vez, na sede da Suframa, ouviu pacientemente cada pergunta, perguntando quando não tinha entendido uma colocação e fazendo questão de reafirmar o que falava.

Na visita à CMM, cumprimentou e foi cumprimentado por vários parlamentares, incluindo o vereador Chico Preto (PMN), líder da oposição, e que fez pressão para que Menezes fosse nomeado com rapidez pelo Governo Federal. Na saída do plenário, ainda teve tempo de se unir aos vereadores Marcel Alexandre (PHS) e Mirtes Salles (PR) e contar um "causo" ocorrido entre ele e a mãe no dia em que a esperada nomeação saiu no Diário Oficial da União (DOU).

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Desafios

Por trás do homem amistososo, entretanto, há alguém que parece ser firme e obstinado, e que não aceitará interferências políticas no seu trabalho. Não é para menos: uma das missões de Menezes será a de resgatar o protagonismo decisório que a Suframa tinha no período da redemocratização, na visão do professor Dr. Mauro Thury, do curso de Economia da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

"O desafio maior é como atrair empreendimentos pra cá, além de brigar por novos empreendedores e tornar os investimentos aqui na região mais acessível. E isso não é um desafio ou problema específico da Zona Franca de Manaus, mas do Brasil inteiro", diz Thury, que é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).



Alfredo Alexandre disse que tem a função de "reerguer" a superintendência | Foto: MARCIO MELO

Segundo o docente, há um périplo enfrentado por todos os empresários e investidores, nacionais, locais e estrangeiros, que é justamente a dificuldade de abrir um negócio. "Na verdade, não há o que se existe em alguns lugares, que é a agência *one-stop*, que é quem verifica todas as condições de abrir um negócio em determinado lugar. O modelo de federação também dificulta um pouco, porque há as instâncias do município, do Estado e da União, e mesmo se dependesse de apenas um desses entes, o processo burocrático ainda seria grande", explica.

PPB e interferência política

No centro das discussões sobre o desenvolvimento da Suframa, ainda está a questão dos Processos Produtivos Básicos (PPBs), requisito principal para que as empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM) possam ter incentivos fiscais.

Mauro Thury aponta que, a partir da abertura comercial no governo de Fernando Collor de Mello, os critérios para a concessão de um PPB foram alterados a cada governo, com a demora de um a dois anos para o estabelecimento de um processo.

"Isso afugenta possíveis investimentos. De uns anos para cá, começaram a tentar conteúdos locais nos PPBs: basicamente, os processos produtivos tinham que conter insumos produzidos localmente. Isso cria várias dificuldades, e muitas vezes, produtos novos como os drones acabam ficando sem opção de vir pra cá. Ou seja: por conta da burocracia, você perde um produto novo que surge, mas acaba perdendo o interesse em se estabelecer na ZFM", salienta.



Por trás do homem amistososo, entretanto, há alguém que parece ser firme e obstinado | Foto: MARCIO MELO

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Sobre a questão da interferência política na Zona Franca, Mauro Thury entende que, de certa forma, não há problema em haver um político no comando da Suframa, como aconteceu no caso de Rebecca Garcia, que ocupou o cargo entre 2015 e 2017. "A Suframa não pode ser apenas técnica por conta do ambiente democrático. No entanto, é dever dos políticos trabalhar em favor dos interesses da instituição, e não em favor dos interesses partidários", ressalta o docente.

Pesquisa e desenvolvimento

O coronel diz que um dos desafios essenciais que ele quer enfrentar, além do PPB, que ele quer trazer de volta para a Suframa, é a questão da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Ele diz que quer visitar as empresas do Pólo Industrial que trabalham dentro da Lei de Informática para verificar se as verbas de P&D repassadas pela Suframa estão sendo aplicadas corretamente.

Menezes aponta que essas foram as diretrizes recebidas pelo Poder Executivo Federal. Segundo ele, a renúncia fiscal é valor agregado em favor da região amazônica. "Se o Estado brasileiro renunciou, qual o valor agregado que ficou? Aonde essa renúncia foi aplicada em prol do desenvolvimento regional e da qualidade de vida da população daqueles que dependem da Suframa. E é isso que nós vamos buscar", salientou.

Descontingenciamento de recursos

Outro desafio a ser vencido pelo novo superintendente da Suframa é a questão do contingenciamento dos recursos da ZFM, na visão do professor Jefferson Praia, de 59 anos, também do curso de Economia da UFAM. Além de docente, Praia é ex-senador da República pelo Amazonas, e mestrando em Engenharia de Produção.

Praia explica que hoje, o Tesouro Nacional comporta cerca de R\$ 1 bilhão contingenciados da Suframa, que advém das taxas de serviços e de processos que passam pela superintendência. "Esse modelo é um modelo que gera recursos que podem muito bem ser investidos e aplicados em prol do desenvolvimento da região", explica o professor.

Gerando recursos, tais recursos devem voltar a ser utilizados de forma correta, segundo o docente e ex-senador. "O Governo Federal precisa atender os pleitos dos estados que compõem o modelo ZFM. Com esses recursos, os estados irão depender muito menos do governo central em relação a investimentos na Amazônia Ocidental, gerando muito mais crescimento e desenvolvimento econômico para a região", completa.

Periódico: Folha de Boa Vista			Data: 01/03/2019			
			Publicação: 28/02/2019			
Referência da Matéria: Conheça alguns dos candidatos que concorrem à vaga do TCE			<input checked="" type="checkbox"/>	Com foto	<input type="checkbox"/>	Sem foto
Caderno/Página/Coluna https://folhabv.com.br/noticia/Conheca-os-candidatos-que-concorrem-a-vaga-de-conselheiro-/50521	Enfoque	Natureza	Tipo:			
	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/>	Matéria	<input type="checkbox"/>	Nota
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/>	Artigo	<input type="checkbox"/>	Classificados
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/>	Outro		

Conheça alguns dos candidatos que concorrem à vaga do TCE

Ao todo, doze candidatos concorrem a vaga de conselheiro. O candidato escolhido ocupará a vaga deixada pelo conselheiro Essen Pinheiro, falecido em janeiro do ano passado (Foto: Nilzete Franco/Folha BV)

JOSELINDA LOTAS E MINERVALDO LOPES

Conforme adiantado pela **coluna Parabólica de terça-feira, 27**, o prazo para manifestação de candidatos interessados em concorrer a uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) terminou na segunda-feira, 25. Ao todo, doze nomes concorrem a vaga.



Iniciado no dia 27 de novembro do ano passado, após do falecimento do conselheiro Essen Pinheiro Filho, ocorrido em janeiro do mesmo ano, o processo para a escolha do novo conselheiro do TCE passou por vários percalços até a definição do grupo responsável por analisar o nome dos candidatos a vaga em disputa.

Para quem não se lembra, logo após a **publicação do edital 001/2018**, o **Ministério Público de Roraima (MPRR) recomendou que a Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) realizasse mudanças no documento**, em razão de irregularidades que inviabilizavam, entre outras situações, a devida confirmação dos requisitos necessários para o exercício da função.

Após atender as recomendações do MP, o processo foi retomado e os candidatos já foram selecionados pela **comissão especial da Assembleia**. Entre os critérios para assumir o cargo, é preciso ter entre 35 e 65 anos, ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, ter mais de 10 anos de atividade profissional nas áreas jurídica, econômica, de administração pública e contábeis.

CONHEÇA ALGUNS DOS CANDIDATOS

Brito Bezerra (Foto: Divulgação)

BRITO BEZERRA – Natural da cidade de Milagres (CE), Francisco José Brito Bezerra é deputado estadual pelo Partido Progressista (PP). É técnico agropecuário formado pela Escola Agrotécnica Federal de Crato, atualmente Instituto Federal do Ceará – Campus Crato, e bacharel em Administração de Empresas e Direito pela Faculdade Atual da Amazônia.

Veio para Roraima em 1993, tendo ingressado no serviço público na Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima), onde trabalhou por 12 anos. No Matadouro e Frigorífico Industrial de Roraima (Mafir), onde atuou até 2002, ele exerceu diversos cargos, dentre eles gerente de Projetos de Integração Avícola.



Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Graças à experiência adquirida na iniciativa pública, tornou-se diretor executivo da Associação dos Distribuidores e Atacadistas do Estado de Roraima (ADARR), filiada à Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD).

Brito Bezerra é atualmente deputado estadual e está em seu terceiro mandato. Elegeu-se pela primeira vez com 3.664 votos, sendo o candidato mais bem votado das eleições de 2010. Foi reeleito em 2014 com 5.838, sendo escolhido líder do Governo Suely Campos. Nas eleições 2018, o parlamentar conquistou 5.307 votos, sendo o quarto mais bem votado entre os candidatos.



João de Carvalho (Foto: Divulgação)

JOÃO DE CARVALHO - Nascido na Paraíba, João de Carvalho tem 63 anos. É Advogado, Professor da Educação Básica e Superior. Chegou a Roraima em março de 1981. Antes de trilhar o caminho do Direito, foi professor e diretor de diversas escolas do ex-Território de Roraima.

Carvalho possui Especialização, Mestrado e Doutorado em Direito Internacional e Doutorado em Ciências da Educação, servidor público, com mais de 40 anos de serviço. Foi assessor Técnico Legislativo por 27 anos. Participou da implantação do Estado com a Assembleia Constituinte.

Durante seus 27 anos pela Assembleia Legislativa atuou na formação política de Prefeitos e Vereadores e no assessoramento institucional do poder, e nas principais Leis de estruturação do Estado. Atualmente é secretário-Adjunto do Gabinete Civil.



Jorge Everton (Foto: Divulgação)

JORGE EVERTON - Natural da cidade de Aracaju (SE), Jorge Everton Barreto Guimarães tem 44 anos, é delegado da Polícia Civil e atualmente exerce o mandato de deputado estadual, pela segunda vez, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Além de possuir formação na área de segurança pública, fato que lhe conferiu o cargo de delegado-Geral da Polícia Civil, ele também foi diretor do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima (Detran-RR).

Na primeira eleição que disputou em 2014, Everton acabou sendo eleito com 4.005 votos, sendo o décimo parlamentar na colocação geral.

Focou o seu mandato na habitação gratuita para pessoas de baixa renda, isenção do IPVA para condutores de motocicletas de até 150 cilindradas e projetos para áreas de saúde, educação e segurança pública. Também foi responsável pela instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema prisional.

O parlamentar disputou a reeleição em 2018, conquistando 5.033 votos.



Kildo Neto (Foto: Divulgação)

KILDO NETO – Natural de Boa Vista, Kildo Pereira de Melo Neto tem 35 anos, é graduado em Administração pela Faculdade Cathedral e começou a carreira profissional aos 18 anos, na Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan).

Também atuou no Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), foi analista da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), chefe do Controle Interno da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (Aderr), diretor do

Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Departamento de Trabalho, Emprego e Renda (Sine) da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) e subsecretário no Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR).

Atualmente é coach executivo é empreendedor no ramo de treinamentos e capacitação e desenvolvedor de projetos sociais voltados à educação financeira e comportamental. Além de administrador formado e registrado junto ao Conselho Regional de Administração (CRA), Kildo Neto é pós-graduado em Auditoria Fiscal e Tributária, tem MBA em Gestão Financeira, Contabilidade e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pós-graduação Internacional pela Universidade de Ohio e MBA em Direito Tributário e Contabilidade.

Lurene Júnior (Foto: Divulgação)

LURENE JÚNIOR – José Lurene Nunes Avelino Júnior é roraimense, tem 48 anos e é delegado da Polícia Civil. Formado em Direito pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), ele é também especialista em Direito Tributário, Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Engenharia Eletrotécnica pela Escola Técnica Federal do Amazonas (ETFAM).



Júnior já ocupou os cargos de secretário-Chefe da Casa Civil em 2014, foi consultor técnico do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) por sete anos, e professor da Escola Técnica Federal de Roraima (ETFRR), hoje Instituto Federal de Roraima (IFRR).

Antes de se tornar delegado de polícia, ele advogou na área civil e tributária, tendo inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima (OAB-RR), onde foi conselheiro da Seccional. Também foi membro do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).

Nas eleições gerais de 2018, Lunere Nunes concorreu ao cargo de deputado federal, obtendo 8.907 votos, ficando com a vaga de 1º Suplente na sua coligação.



Maria Dantas (Foto: Divulgação)

MARIA DANTAS – Maria Dantas Nóbrega é natural da Paraíba, mas reside em Roraima desde 1993. É bacharel em Direito pela Faculdade Cathedral e em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem pós-graduação em Docência em Ensino Superior e Gestão no Agronegócio.

Na sua trajetória profissional trabalhou como Secretária da Setrabes, diretora geral da casa do cidadão e diretora de Habitação da Codesaima, foi superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), assessora de comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (ALE-RR) e do Sistema FAERR/SENAR. Foi assessora parlamentar, professora substituta do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), professora de várias escolas estaduais, sendo inclusive vice-diretora da Escola Maria das Dores Brasil.

Maria Dantas também foi vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Roraima (Sinjoperr), membro do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil, membro da Comissão de Emprego e Renda do Estado, secretária executiva da Agenda Criança-Unicef, além de outros conselhos do Estado. Atualmente ela é assessora da Escola Municipal de Administração (Emap).

Walker Thomé (Foto: Divulgação)

WALKER THOMÉ – Formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Direito pela Faculdade Cathedral, o roraimense Walker de Oliveira Thomé tem 44 anos. Possui especialização em Gestão e Auditoria Pública também pela UFRR.



Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



Além de profissional autônomo, Walker Thomé atuou com assistente legislativo pela Câmara Municipal de Boa Vista (CMBV), técnico de tributos da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) e auditor fiscal de contas do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR).

DESISTÊNCIA – Outro que também teve a candidatura confirmada pela comissão especial da ALE foi deputado estadual Jorge Everton, que além de delegado-geral da Polícia Civil, também já foi diretor do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RR).

Entretanto, o parlamentar confirmou a reportagem da FolhaWeb que pretende retirar sua candidatura da disputa, alegando motivos pessoais. “Estou apenas aguardando o retorno das atividades do Legislativo após o carnaval, para apresentar o pedido de retirada de candidatura junto à comissão”, completou.

Periódico: Manaus Alerta		Data: 01/03/2019	
Referência da Matéria: Pesquisa aponta meios para combater pragas e doenças no cultivo do cupuaçu no AM		<input checked="" type="checkbox"/> Com foto	<input type="checkbox"/> Sem foto
Caderno/Página/Coluna	Enfoque	Natureza	Tipo:
https://manusalerta.com.br/pesquisa-aponta-meios-para-combater-pragas-e-doencas-no-cultivo-do-cupuaçu-no-am/	<input type="checkbox"/> Positivo	<input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input checked="" type="checkbox"/> Matéria
	<input type="checkbox"/> Negativo	<input type="checkbox"/> Provocada	<input type="checkbox"/> Artigo
	<input checked="" type="checkbox"/> Neutro		<input type="checkbox"/> Outro
			<input type="checkbox"/> Nota
			<input type="checkbox"/> Classificados

Pesquisa aponta meios para combater pragas e doenças no cultivo do cupuaçu no AM

28 de fevereiro de 2019

Projeto teve foco no manejo da broca-do-fruto e na vassoura-de-bruxa que são os principais problemas da cultura- foto: Érico Xavier

Pesquisadores desenvolveram um estudo que aponta estratégias de manejo de pragas e doenças nos plantios de cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) no Amazonas. A pesquisa indica que para a sustentabilidade do cultivo dessa frutífera são necessárias algumas medidas como, por exemplo, boas práticas agrícolas e capacitação de técnicos, agricultores e produtores rurais do estado.

Desenvolvida em unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Amazonas, Rondônia e Brasília, Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac AM e RO) e áreas de produtores, a pesquisa conta com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), por meio do Programa de Apoio à Consolidação das Instituições Estaduais de Ensino e/ou Pesquisa (Pró-Estado) edital Resolução N. 002/2008.

A coordenadora do projeto, Aparecida das Graças Claret de Souza, explica que a pesquisa teve foco em dois dos principais problemas fitossanitários: a doença conhecida como vassoura-de-bruxa e o inseto-praga popularmente conhecido como broca-do-fruto, que atacam as lavouras de cupuaçuzeiros e causam prejuízos e perdas ao plantio.

“O cupuaçuzeiro é uma cultura geradora de renda aos agricultores, que geralmente comercializam o fruto inteiro, a polpa congelada ou mesmo iguarias como balas, tortas, bolos, biscoitos, sucos e cremes. Porém, os produtores perdem em competitividade, pois normalmente cultivam o cupuaçuzeiro sem as práticas tecnológicas recomendadas” explicou.

A pesquisadora informa que as larvas do inseto-praga, broca-do-fruto, se desenvolvem no interior do cupuaçu, e conseqüentemente os frutos ficam impróprios para o consumo, para a comercialização e causam perdas na produção e na renda do produtor.

Já o outro problema agrícola muito comum é a vassoura-de-bruxa, uma doença causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*, que tem gerado mais de 70% de perda na produção de cupuaçu em muitas áreas de plantios no Amazonas.

Para Aparecida, boas práticas de manejo podem mitigar esses problemas agrícolas, bem como evitar que se alastrem em uma área de cultivo. “Se um produtor não toma nenhuma medida para o controle da broca-do-fruto e da vassoura-de-bruxa, não somente o plantio dele ficará prejudicado, mas o plantio dos vizinhos também”, disse.

Resultados

O estudo apontou que somente 25% dos agricultores fazem a poda fitossanitária da vassoura-de-bruxa e, na grande maioria, os plantios são tomados pela doença, acarretando perdas. Verificou-se também a incidência da broca-do-fruto que foi encontrada em 65% das propriedades, causando perda em torno de



Clipping

ascom
Assessoria de Comunicação da
Universidade Federal do Amazonas



60% da produção. Portanto, é importante realizar pesquisa envolvendo todo o sistema de produção e levar conhecimento para o produtor, visando melhoria no cultivo dessa espécie frutífera.

De acordo com a pesquisadora, o estudo contribuiu para o uso de métodos inovadores, para o controle de pragas e doenças, menos prejudiciais ao meio ambiente e que contribuem para o desenvolvimento do sistema de produção do cupuaçuzeiro sustentável.

O projeto capacitou 485 participantes entre técnicos da extensão rural, agricultores e produtores por meio de cursos administrados de forma prática, para que o produtor entendesse a importância das boas práticas agrícolas no manejo de pragas e doenças e consequentemente no aumento da produtividade dos cupuaçuzeiros.

Cartilha

O projeto resultou no lançamento de duas cartilhas sobre boas práticas agrícolas na cultura do cupuaçuzeiro. As publicações têm o objetivo de ajudar o produtor a combater tanto a broca-do-fruto quanto a vassoura-de-bruxa, que afetam a cultura do cupuaçu na região Norte e causam prejuízos e perdas para agricultores. As informações devem auxiliar no aumento da produtividade daqueles que cultivam o cupuaçu no Amazonas.

O projeto de desenvolvimento da cultura do cupuaçuzeiro no Amazonas abrangeu ações integradas entre a pesquisa, a extensão e os agricultores.

As cartilhas podem ser acessadas aqui.

Boas práticas agrícolas da cultura do cupuaçuzeiro: broca-do-fruto.

Boas práticas agrícolas da cultura do cupuaçuzeiro: vassoura-de-bruxa.

Com informações da assessoria